



CRISTIANO MEIRA | ADVOCACIA E
CONSULTORIA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA **MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** DD.
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

DISTRIBUIÇÃO POR

DEPENDÊNCIA ADI 5.794/DF

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

- **CNTM**, entidade de grau superior, inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.311/0001-54, com sede nesta capital no SAS, QUADRA 06, BLOCO K, EDIFÍCIO BELVEDERE, GRUPO 502, CEP 70.070-915, vem, por seu Advogado, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 102, I, "a" e da parte final, do inciso IX, do artigo 103 da CF/88 c/c o art. 2.º, da Lei nº 9.868/99 propor

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

em face do artigo 1º, da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, que aprovou a denominada "Reforma Trabalhista", nos pontos em que altera, insere disposições ou revoga os artigos 578, 579, 582, 583, 587 e 602, todos da CLT, e do art. 5º, alíneas "k" e "l", que revogam, respectivamente os artigos 601 e 604 da CLT, nos artigos 790-B, caput e § 4º; 791-A, § 4º, e 844, § 2º, do

www.cristianomeira.com.br

 (61) 99970-0595 |  urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, o qual aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Esta petição se acompanha de cópia do ato impugnado (na forma do art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.868/1999).

DA LEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA - EXISTÊNCIA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA - A entidade Requerente foi criada em consonância com os artigos da CLT que tratam das entidades sindicais de grau superior, especialmente os artigos 533 e 535 da CLT.

A **CNTM** é entidade sindical de grau superior, de âmbito nacional, possuidora de Carta Sindical devidamente outorgada por Decreto publicado no Diário Oficial da União (doc. em anexo), preenchendo, assim, os requisitos do artigo 103, IX, da Constituição Federal.

Além da legitimidade genérica acima demonstrada, também se faz presente o requisito formal da pertinência temática, eis que a norma aqui atacada afeta o interesse das entidades sindicais vinculadas à Requerente, incumbidas pelo artigo 8º, III, da CF, da representação e defesa, inclusive judicial, dos interesses das categorias profissionais representadas por esta **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM**, nos extados termos da legislação vigente e da sua previsão estatutária, vejamos:

Art. 2º - são prerrogativas da confederação:

a- Representar e defender, perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito nacional, os interesses difusos, individuais e coletivos das Federações, dos Sindicatos Confederados e de toda a categoria profissional representada;

b- Promover a solidariedade e união das Federações e dos Sindicatos, e entre os trabalhadores ainda não organizados em sindicatos;

c- Celebrar Convenções, Acordos, Contratos Coletivos de trabalho ou instaurar Dissídios Coletivos em favor dos trabalhadores representados, ainda não organizados em sindicatos; Assistir ou representar as Federações e Sindicatos Confederados nas ações de idêntica natureza, quando solicitados e autorizados;

n- Impetrar mandado de segurança coletivo e ajuizar ações coletivas ou individuais, inclusive Ação Civil Pública, Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF e Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADCON na forma da Constituição Federal, em nome dos integrantes da categoria profissional representada;

o- Desenvolver relações sociais e trabalhistas, na defesa dos interesses da categoria profissional, promovendo, sempre que necessário, negociações coletivas, buscando estabelecer a melhoria de condições de trabalho, remuneração, garantia de emprego e, em caráter universal, promover a ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; promover o voluntariado; promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; promover gratuitamente a educação; promover qualificação profissional; promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, observando no desenvolvimento de suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Versa a presente ADI sobre a alegada inconstitucionalidade da Lei nº 13.467/2017, que modificou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, especificamente, no que tange a alteração quanto a forma de custeio das entidades filiadas e representadas pela Requerente o que, conseqüentemente, afeta milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Verifica-se, pois, que a presente Ação guarda estreita relação com os fins sociais fixados pelo seu estatuto social, restando evidenciada a necessária pertinência temática.

DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL ATACADO - É o seguinte o teor das normas impugnadas nesta ação:

LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis no 6.019,

www.cristianomeira.com.br

 (61) 99970-0595 |  urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Art. 1o A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas." (NR)

"Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação."

"Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos".

.....
..... (NR)

"Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação".

.....
..... (NR)

"Art. 587. Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade." (NR)

"Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho."

Em apertada síntese e para ser bem objetiva a **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM**, questiona nesta ADI a constitucionalidade de dispositivos legais que alteraram as normas que regulamentavam o recolhimento e repasse da contribuição sindical (TRIBUTO), e alteraram, indevidamente, tributo constitucionalmente previsto, acarretando, por esse modo, violações diretas e frontais ao texto da Constituição Federal de 1988.

DAS INCONSTITUCIONALIDADES DA LEI 13467/2017 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - NATUREZA TRIBUTÁRIA. DA RENÚNCIA FISCAL

- A Lei 13467/2017 trouxe inovações jurídicas equivocadas, ao modificar a legislação sobre a contribuição sindical, uma vez que, alterou matéria tributária por meio de Lei Ordinária (art. 8º IV e 149 da CF) e tornou um tributo facultativo (art. 3º CTN).

A contribuição sindical é considerada tributo, como já foi decidido por diversas vezes por este Excelso STF (AI 516.705-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES; AI 498.686-AgR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO; RE 413080, Rel. Min. CELSO DE MELLO; AI 456634, Rel. Min. CARLOS VELLOSO; RE 496.456, Min.^a CÁRMEM LÚCIA) e como tal, não poderia ser alterada por lei ordinária, mas tão somente por lei complementar.

Na mesma linha, não se pode transformar um tributo em facultativo, ou seja, deixar seu pagamento condicionado à escolha do contribuinte.

Sobre o tema o jurista SÉRGIO PINTO MARTINS já se manifestou:

A atual contribuição sindical é o antigo imposto sindical. Como imposto, tinha natureza tributária, como espécie do gênero tributo.

O Decreto-lei n° 27, de 14-11-66, acrescentou o art. 217 ao Código Tributário Nacional, mudando a nomenclatura do imposto sindical. Este passou a chamar-se contribuição sindical, mas a mudança em sua nomenclatura não mudou sua natureza jurídica de tributo, pois o que importa é seu fato gerador, nos termos do art. 4° do CTN.

A natureza jurídica da contribuição é tributária, pois se encaixa na orientação do art. 149 da Constituição, como uma contribuição de interesse das categorias econômicas e profissionais.

A contribuição sindical também se insere na definição de tributo contida no art. 3° do CTN. É uma prestação pecuniária, exigida em moeda. É compulsória, pois independe da vontade da pessoa em contribuição. O art. 545 da CLT mostra que o desconto da contribuição sindical pelo empregador independe da vontade do empregado. Não se constitui em sanção de ato ilícito. É instituída em lei (arts. 578 a 610 da CLT) e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, que é o lançamento, feito pelo fiscal do trabalho (art. 606 e seu § 1° da CLT). Logo a natureza é tributária. (In Direito do Trabalho, Saraiva, 2017, p. 1104)

Já o Ministro MAURÍCIO GODINHO DELGADO, assim se manifestou sobre o tema "Derivada de lei e incidindo também sobre os trabalhadores não sindicalizados, a receita tem indisfarçável matiz parafiscal" (In Curso de Direito do Trabalho, 2009, LTr, p. 1232)

Novamente, necessário destacar a lição do Ministro MAURÍCIO GODINHO DELGADO na sua mais recente obra sobre o tema, vejamos:

A escolha da Lei da Reforma Trabalhista, no sentido de simplesmente eliminar a obrigatoriedade da antiga contribuição celetista, sem regular, em substituição, outra contribuição mais adequada, parece esbarrar em determinados óbices constitucionais.

É que a constitucionalização, pelo art. 149 da CF, desse tipo de contribuição social "de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas" (texto www.cristianomeira.com.br

do art. 149, CF; grifos acrescidos) confere a essa espécie de instituto regulado por Lei um inequívoco caráter parafiscal. Esta relevante circunstância, sob a perspectiva constitucional, pode tornar inadequado o caminho da simples supressão, por diploma legal ordinário (lei ordinária), do velho instituto, sem que seja substituído por outro mais democrático.

Ora, o art. 146 da Constituição Federal, ao fixar os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, explicitou caber à *lei complementar* (mas não a lei meramente ordinária) “regular as limitações constitucionais ao poder de tributar” (inciso II do art. 146 da CF). Explicitou igualmente caber à *lei complementar* “estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre: (...) a) definição de tributos e de suas espécies...; (...) b) obrigação, lançamento, crédito, ... (art. 146 da CF, em seu inciso III, alíneas “a” e “b”). Em síntese: a lei ordinária não ostenta semelhantes atribuições e poderes.

Dessa maneira, ao extinguir, simplesmente, uma contribuição social de intervenção no domínio econômico e de *interesse das categorias profissionais ou econômicas* (a expressão é do art. 149 da CF), ao invés de apenas, logicamente, modificá-la, *transmutando-a em contribuição assistencial obrigatória*, por exemplo, desde que aprovada em regular instrumento negocial coletivo (tal como previsto pela Lei n. 114.468/2008, em seu art. 7º), o novo diploma legal ordinário (Lei n. 13.467/2017), parece ter avançado além de sua atribuição constitucional.

Registre-se, de toda maneira, que a Lei da Reforma Trabalhista, concomitantemente à transformação da antiga contribuição sindical obrigatória em parcela meramente voluntária, vedou, inapelavelmente, que ate mesmo a contribuição assistencial ou negocial (cota de solidariedade) seja devida e paga sem expressa e prévia anuência do trabalhador, uma vez que proibiu à negociação coletiva trabalhista que insira clausula normativa nessa direção (novo inciso XXVI do art. 611-B da CLT. (A Reforma Trabalhista no Brasil - com os comentários à Lei n. 13.467/2017, 2017, LTr, p. 246/247)

Resta, portanto, demonstrada a natureza parafiscal, tributária, da verba em comento, ou seja, possui a contribuição sindical verdadeira alma de tributo. Sendo assim, a contribuição sindical, como tributo que é, constitui uma prestação de forma compulsória por parte do contribuinte, ou seja, o Estado impõe tal pagamento, independentemente do julgamento de valor pelo contribuinte.

A Lei nº 13.467/17, no que tange a Contribuição Sindical, além de padecer do vício fulminante de não atender ao requisito da reserva de LEI COMPLEMENTAR, não extinguiu o tributo sindical, nem acabou com a sua natureza tributária. Mas, de forma contrária aos fundamentos doutrinários tributaristas inovou, sem autorização constitucional, o direito de livre opção pelos contribuintes em situações equivalentes ao favor fiscal de isenção e/ou de não incidência tributária, cujo fato resultou em tratamento desigual (art. 150, II, da CF), sendo certo que toda a categoria - pagantes ou não - se beneficiaram dos benefícios e vantagens obtidos pela atuação da Autora e dos seus representados.

A **vinculação**, que, a final, consubstancia-se como um direito, decorre de determinação constitucional, já que, de acordo com o contido no inciso II do artigo 8º, da *Lex Legum*, às entidades sindicais incumbe a representação da categoria profissional, ou seja, todos os que integram a categoria representada. E essa integração impõe-se pelo simples fato de uma pessoa iniciar o exercício de uma atividade (empregadores) ou de uma profissão (trabalhadores).

Não há escolha!!!

Significa que, exercendo uma atividade ou profissão, a pessoa, física ou jurídica, fica automaticamente vinculada a uma categoria, independentemente de sua vontade pessoal e assim passa a ter a obrigação em pagar a Contribuição Sindical, o IMPOSTO.

Desde o momento inicial em que o ingressa na categoria profissional ou econômica, querendo ou não, fica representada pelo sindicato por uma imposição da Constituição Federal.

Não há alternativa. A lei é taxativa.

Dessa **vinculação** sobrevém a obrigação de contribuir para a entidade sindical (contribuição sindical, obrigatória, imposto), por imperativo constitucional.

A **vinculação** é, simultaneamente, um direito e um dever.

Justamente porque cabe a Autora defender interesses coletivos da categoria que representa, considerada como um todo, os Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho têm efeito *erga omnes*, beneficiando e também obrigando mesmo aqueles que não são filiados ou associados à Entidade Sindical.

O processo legislativo, em matéria tributária, deve obedecer a hierarquia explicitada na Magna Carta, que dispõe no art. 149:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o

www.cristianomeira.com.br

☎ (61) 99970-0595 | ✉ urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Este dispositivo, especialmente quando trata de contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, estabelece que quaisquer alterações devem observar o disposto no art. 146 da CF/88:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados

nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

Como se vê pelos dispositivos CONSTITUCIONAIS mencionados, para alteração legislativa de matérias tributárias o processo legislativo a ser estabelecido é aquele previsto para **LEI COMPLEMENTAR** e não Lei Ordinária, como fez a Lei 13.467/2017.

Neste sentido, aliás, já se posicionou o STF, inclusive o Ministro Edson Fachin, vejamos:

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL DOS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI N. 8.212/1991. ARTIGO 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA TRIBUTÁRIAS. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. ARTIGOS 173 E 174 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Constituição da República de 1988 reserva à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre prescrição e decadência, nos termos do art. 146, inciso III, alínea b, in fine, da Constituição da República. Análise histórica da doutrina e da evolução do tema desde a Constituição de 1946. 2. Declaração de inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991, por disporem sobre matéria reservada à lei complementar. 3. Recepcionados pela Constituição da República de 1988 como disposições de lei complementar, subsistem os prazos prescricional e decadencial

www.cristianomeira.com.br

 (61) 99970-0595 |  urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

previstos nos artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional. 4. Declaração de inconstitucionalidade, com efeito ex nunc, salvo para as ações judiciais propostas até 11.6.2008, data em que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991. 5. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE 559943-RS, DJE 26/09/2008, Ministra Carmem Lúcia).

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN. ALÍQUOTA MÍNIMA. ART. 88 DO ADCT. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. NORMAS GERAIS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. USURPAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. DEFINIÇÃO POR LEI MUNICIPAL. CONCEITO DE RECEITA BRUTA DO PREÇO DO SERVIÇO. PRINCÍPIO FEDERATIVO. FEDERALISMO FISCAL. 1. Com espeque no princípio da eficiência processual, é possível ao Tribunal Pleno do STF convolar julgamento de referendo de medida cautelar em julgamento definitivo da ADPF. Precedente: ADPF 378, de minha relatoria, com acórdão redigido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 08.03.2016. 2. O princípio da subsidiariedade é aferido no momento da propositura da ADPF, de modo que não se depreende qualquer outra ação constitucional com aptidão para evitar a lesividade ao pacto federativo em questão. 3. A ocorrência de coexistência de jurisdições constitucionais estadual e nacional configura a hipótese de suspensão prejudicial do processo de controle normativo abstrato instaurado perante o Tribunal de Justiça local. Precedentes. 4. O Governador do Distrito Federal possui legitimidade ativa para pleitear em processo abstrato medida judicial em face de lei municipal, de modo a salvaguardar o federalismo fiscal, notadamente pela natureza dúplice, estadual e municipal, do ente federativo em termos de competência tributária. 5. Reveste-se de inconstitucionalidade formal a lei municipal na qual se define base de cálculo em que se excluem os tributos federais relativos à prestação de serviços tributáveis e o valor do bem envolvido em contratos de arrendamento mercantil, por se tratar de matéria com reserva de lei complementar, nos termos do art. 146, III, "a", da Constituição da República. 6. No âmbito da inconstitucionalidade material, viola o art. 88, I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Texto Constitucional, incluído pela Emenda Constitucional 37/2002, o qual fixou alíquota mínima para os fatos geradores do ISSQN, assim como vedou a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resultasse, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida. Assim, reduz-se a carga tributária incidente sobre a prestação de serviço a um patamar vedado pelo Poder Constituinte. 7. Fixação da seguinte tese jurídica ao julgado: "É inconstitucional lei municipal que veicule exclusão de valores da base de cálculo do ISSQN fora das hipóteses previstas em lei complementar nacional. Também é incompatível com o Texto Constitucional medida fiscal que resulte indiretamente na redução da alíquota mínima estabelecida pelo art. 88 do ADCT, a partir da redução da carga tributária incidente sobre a prestação de serviço na territorialidade do ente tributante." 8. Modulação prospectiva dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade,

www.cristianomeira.com.br

 (61) 99970-0595 |  urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

a contar da data do deferimento da medida cautelar em 15.12.2015. 9. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental parcialmente conhecida a que se dá procedência com a finalidade de declarar a inconstitucionalidade dos arts. 190, §2º, II; e 191, §6º, II e §7º, da Lei 2.614/97, do Município de Estância Hidromineral de Poá. (ADPF 190 SP, Edson Fachin, 27/04/2017)

Não há dispositivo expresso na Lei 13.647/2017 que revogue, total ou parcialmente o art. 3º, do CTN, e nem poderia fazê-lo, face sua natureza de Lei Complementar.

Desta sorte, o Código Tributário Nacional somente poderá ser alterado mediante Lei Complementar e não por Lei Ordinária, como é o caso da "Reforma Trabalhista".

Causa maior espanto, a tentativa da Lei 13.467/2017 de criar, uma espécie de tributo facultativo, via Lei Ordinária. A instituição desse novo formato tributário para a contribuição sindical está totalmente em conflito com as regras constitucionais que impõem a compulsoriedade de qualquer tributo, nos termos do artigo 149, caput, da Constituição Federal. Com efeito, não tendo sido revogada a regulamentação tributária prevista na CLT acerca do fato gerador, sua forma detalhada de cálculo, recolhimento e repasse, também inadmissível que seja revogada sua compulsoriedade, máxime quando esta depende do livre arbítrio do contribuinte.

Seguindo a linha de comando da Lei 13.467/17, podemos considerar que foi revogado o art. 3º, do CTN e que a partir de agora também temos a faculdade de pagar IPTU, IPVA, ICMS, INSS, ISS, IR, ISSQN, IPI, IOF, II, ITR, ITBI?

Nada mais absurdo!!!!!!

Patente a inconstitucionalidade formal da Lei 13.467/2017 no que diz respeito a alteração processada nos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT.

As inconstitucionalidades postas em evidência se constituem tanto nos aspectos formais quanto materiais. No primeiro deles, se refere à violação ao devido processo legislativo constitucional, posto que se alterou uma Lei Complementar por meio de uma Lei Ordinária. Nosso ordenamento jurídico não prevê esse tipo de alteração.

As inconstitucionalidades materiais se alongam em razão do caráter precarizante que o texto da Lei estabelece para as relações do sindicais no Brasil, direcionando a um ambiente de afrontas diretas a princípios e normas constitucionais auto aplicáveis, gerando tamanha insegurança jurídica, que poderão redundar em uma avalanche de ações judiciais, basta ver o numero de ADI's já protocoladas apontando as diversas inconstitucionalidades da Lei 13.467/17.

Também ofende Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que instituem parâmetros relacionados à dignidade das relações de trabalho, incorporadas ao ordenamento pátrio.

A nova lei viola o princípio do não retrocesso social, uma vez que o enfraquecimento das entidades sindicais, causa não apenas prejuízo às entidades, mas especialmente aos trabalhadores.

O retrocesso social que se concretiza a partir da edição da referida Lei, remete a um tempo e condições prévias à

Constituição de 1934. Aquele texto constitucional trouxe uma carga significativa de garantia de direitos, uma pretensão inclusiva da cidadania, dispondo sobre organização sindical; jornada de 8 horas diárias; definição do salário mínimo satisfatório entre outros direitos. Seguido que foi pela amplitude da simbólica regulação trazida na Consolidação das Leis do Trabalho e do arcabouço legal e jurídico construído, posteriormente, inclusive com a Justiça do Trabalho que, ao dirimir conflitos reais, orienta de maneira fundamental as práticas sindicais e laborais deste País.

Outro vício da Lei 13.467/17 é quanto a renúncia fiscal, uma vez que fazendo jus a UNIÃO de parte da Contribuição Sindical não poderia a referida Lei ter “aberto mão” ou facultando o pagamento do tributo.

A Constituição Federal estabelece no artigo 150, “caput” e seu parágrafo sexto:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

Apenas uma lei específica pode conceder incentivos ou isenções fiscais e tributárias, e obrigatoriamente deve estar contido o objeto de tal revogação.

É um absurdo a alteração realizada pelo Lei 13.467/2017, pois facultou o pagamento de um tributo em verdadeira **ofensa ao princípio da isonomia tributaria, artigo 150, II, do CTN:**

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:(...)

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Diversas são as inconstitucionalidades presentes na Lei nº 13.467/17.

Ao analisar os argumentos acima destacados pode se concluir que o congresso nacional e o Governo Federal, pretendem um verdadeiro desmonte e enfraquecimento do sistema confederativo, fazendo com que as entidades sindicais não possuam orçamento para representar os trabalhadores brasileiros.

DO PEDIDO CAUTELAR - Mais do que demonstrados os requisitos necessários para concessão da medida cautelar, ora requerida, em razão das diversas inconstitucionalidades apontadas.

O *fumus boni juris* está suficientemente caracterizado pelos argumentos deduzidos, notadamente considerando a alteração promovida em uma lei complementar por uma lei ordinária em frontal violação aos ditames constitucionais, facultando o pagamento de um tributo e abrindo mão de receita de forma contraria ao determinado em lei, violando, também o princípio da isonomia tributária.

www.cristianomeira.com.br

📞 (61) 99970-0595 | ✉ urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.

A relevância jurídica e a premência justificadoras da suspensão dos efeitos jurídicos das normas ora impugnadas, até o julgamento final desta ação direta de inconstitucionalidade, resulta da necessidade de preservar o sistema constitucional violado, ou seja, da necessidade de assegurar a eficácia das normas constitucionais que regem as relações trabalhistas no país.

Assim, o tema ora sob análise comporta prestação jurisdicional antecipada, que desde já se requer, eis que estão presentes todos os pressupostos para a concessão da medida.

A relevância constitucional, que evidencia a plausibilidade jurídica desta ação direta e o "fumus boni juris" encontra relevo no próprio delineamento das inconstitucionalidades acima apresentadas.

O *periculum in mora*, resta ainda mais evidente, uma vez que o recolhimento da contribuição sindical (TRIBUTO) referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro. Sendo certo que a concessão da liminar em ação direta de inconstitucionalidade pressupõe, consoante jurisprudência assente desse Supremo Tribunal Federal, a relevância do pedido, o risco de manter-se com plena eficácia o ato e a conveniência do deferimento considerados os valores em jogo, exsurge patente, na presente realidade, a necessidade do provimento cautelar ora pleiteado.

Resta evidenciada, também, “relevância da matéria de seu especial e significado para a ordem social e a segurança jurídica”, requisitos previstos pelo artigo 12, da Lei nº 9.868/99, para a concessão da cautelar com efeitos *ex tunc*.

Sem a medida cautelar, os prejuízos serão ainda maiores para as entidades sindicais e, principalmente, para os trabalhadores, uma vez que, sem a contribuição sindical e com o enfraquecimento das entidades não terão quem faça a defesa dos seus direitos.

É necessário, portanto, que a disciplina inconstitucional imposta pelas normas impugnadas seja o mais rapidamente possível suspensa em sua eficácia e, ao final, invalidada por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Por conseguinte, além de sinal de bom direito, há premência em que essa Corte conceda medida cautelar para esse efeito.

DOS PEDIDOS - Ante o exposto requer:

1. seja regularmente recebida e processada a presente ação;

2. seja determinada a concessão de medida cautelar, presentes o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, *inaudita altera pars*, na forma disposta no art. 10, §3º da Lei 9.868, de 1999, para suspender a vigência dos arts. 578, 579, 582, 583, 587 e 602, todos da CLT; alterados pela Lei nº 13.467/2017, e do art. 5º, alíneas “k” e “l”, também da referida lei, que revogaram, respectivamente os artigos 601 e 604 da CLT, a fim de

evitar lesão de difícil reparação à sociedade brasileira, até final julgamento da presente ADI;

3. seja julgada procedente esta ação para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho, incompatível com a Constituição Federal em seus artigos: 8o. "caput" e incisos III e IV; 47, "caput"; 59, "caput" e incisos II e III; 61, "caput", § 1, alínea b; 69, "caput"; 146, "caput", inciso III e alíneas "a" e "b"; 149 "caput" e 150, "caput" e § 6o.; bem como os artigos 3o., "caput" e 217, "caput" e inciso I, estes do Código Tributário Nacional; tal como a alínea "d", do inciso I, a alínea "e", do inciso II, ambos do artigo 589 da C.L.T. e nos parágrafos 3o. e 4o., do artigo 590 da C.L.T.; bem como, a aplicação do 10, § 3o., da Lei no 9.868/ 99, em razão do prejuízo a todos os trabalhadores, às entidades sindicais; assim como ao próprio Governo Federal e à sociedade como um todo.

4. que se colham informações da Presidência da República e do Congresso Nacional e que se ouça a Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 103, § 3º, da Constituição da República.

5. seja notificado o Sr. Procurador-Geral da República, para que emita o seu parecer.

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Brasília, 15 de janeiro de 2018.

CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA

OAB/DF N. 16.764

www.cristianomeira.com.br

 (61) 99970-0595 |  urgente@cristianomeira.com.br

Quadra 13 n. 41, Setor Oeste (Gama), Brasília/DF, CEP - 72425-130.